

O Plano Popular Caminhos do Cafezal: o processo participativo frente a redução de riscos

El Plan Popular Caminhos do Cafezal: el proceso participativo hacia la reducción del riesgo

Eixo Projetar e Construir

Giglio, Guilherme
Assessor Técnico, Coletivo Mola
guilherme.giglio@alumni.usp.br

Retamero, Heloisa
Assessora Técnica, Coletivo Mola
heloisa.bergamin@gmail.com

Xavier, Jennifer Barros
Assessora Técnica, Coletivo Mola
jenniferbxavier@gmail.com

Sá, Julia Nascimento
Mestranda, Universidade Federal do ABC / Assessora Técnica, Coletivo Mola
juliadonascimentodesa@gmail.com

Godoy, Veridiana
Mestre, Universidade Federal do ABC / Assessora Técnica, Coletivo Mola
veridiana.e.godoy@gmail.com



1. Introdução

A comunidade Cafezal, com ocupação iniciada há mais de 40 anos, está localizada no bairro do Montanhão, no município de São Bernardo do Campo, em São Paulo. O Diagnóstico Habitacional Regional do Grande ABC (CIGABC, 2016) caracteriza a área como uma favela com moradias precárias e em situações de risco geológico. Em março de 2022, cerca de 44 famílias do Cafezal foram notificadas pela Defesa Civil para desocuparem totalmente as moradias no prazo de 20 dias, sob a justificativa de risco - utilizando como embasamento técnico o Plano Municipal de Redução de Risco de São Bernardo do Campo (PMRR-SBC) de 2021 (São Bernardo do Campo, 2021). No entanto, a alternativa de atendimento oferecido às famílias ameaçadas de remoção foi o auxílio-moradia de R$315,00 por 12 meses, sem perspectiva de um atendimento habitacional definitivo. Destaca-se que esse episódio não foi um caso isolado, e faz parte de uma série de ameaças e remoções forçadas que assolaram os territórios periféricos do município.

Ainda que reconhecemos os cenários de risco no local, nota-se que tal argumento foi mobilizado como narrativa genérica para justificar remoções forçadas de famílias sem a promoção fundamental de medidas de mitigação dos riscos e atendimento habitacional. Nesse contexto, o projeto Plano Popular Caminhos do Cafezal surge como resultado da luta e mobilização das famílias do Cafezal que resistiram pela permanência, segurança e bem-estar. O projeto foi realizado pelo Coletivo MOLA e Associação de Moradores do Cafezal, em parceria com Instituto de Referência Negra Peregum e colaboração de demais parceiros[1], entidades e movimentos sociais que atuam no local, e teve fomento do edital ATHIS+ do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo (CAU/SP). O trabalho teve como objetivo realizar um plano

[1] Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO), Cursinho Popular Marielle Franco, Biblioteca Carlos Marighella, Laboratório Justiça Territorial da Universidade Federal do ABC (Labjuta-UFABC) e Laboratório de Gestão de Risco da Universidade Federal do ABC (Labgris-UFABC).



urbanístico participativo de melhorias dos acessos, considerando aspectos de acessibilidade, mobilidade e drenagem, assim como a criação do Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC). Assim, o presente resumo visa apresentar o processo de elaboração do Plano Popular Caminhos do Cafezal, desenvolvido por meio de uma metodologia com a participação popular nos setores de riscos, em São Bernardo do Campo.

2. O processo participativo de construção do Plano Popular Caminhos do Cafezal

O Plano Popular Caminhos do Cafezal partiu da análise urbanística e socioeconômica dos 10 setores de riscos indicados no PMRR-SBC, com caráter político e técnico-discursivo, tendo como diretrizes: garantir a segurança de todas as famílias da comunidade, seja por meio de ações de gestão integradas ou por obras de melhorias que mitiguem os riscos existentes; assegurar a permanência das famílias e, nos casos de remoções, prever soluções de reassentamento na área ou em suas adjacências, garantindo a política chave a chave e atendimento habitacional definitivo; instigar a elaboração de soluções integradas que tratem da melhoria do sistema viário da comunidade, promoção da acessibilidade urbana e da implantação de um sistema de drenagem; melhorar as condições ambientais com implantação de obras de infraestrutura, como saneamento básico e esgotamento e fomentar a participação democrática efetiva dos moradores nos espaços de decisão sobre o território.

O desenvolvimento do plano popular adotou diversos métodos e instrumentos participativos. Inicialmente, para as leituras territoriais, foram realizados trabalhos de campo na comunidade Cafezal em conjunto com articuladores comunitários e lideranças locais. Em seguida, a equipe técnica com a colaboração de duas moradoras da comunidade, realizou a aplicação de questionários para o levantamento de dados socioeconômicos e físicos, visando complementar as leituras territoriais das condições de mobilidade, topografia e infraestrutura de drenagem, e registros fotográficos para observação dos diversos usos das vielas.

Para garantir a participação da comunidade no desenvolvimento do plano foram incluídos na nossa metodologia: assembleias, reuniões mensais, trabalhos de campo e mapeamento participativo. Além disso, a partir das leituras territoriais, foram realizadas oficinas temáticas para debater e mapear coletivamente sobre as condições habitacionais estruturais do local, cenários de risco e condições das vielas. A divulgação e mobilização para as atividades foram feitas presencialmente por meio das reuniões da Associação Cafezal, de distribuição de cartazes e panfletos físicos, além da circulação de mensagens e áudios em redes sociais e do uso da Rádio Online Cafezal, rádio comunitária local que divulga os acontecimentos da comunidade.



Figura 1: Oficina participativa "E se essa viela fosse nossa?". Fonte: Acervo Coletivo MOLA, 2023.

Na oficina "Se essa viela fosse minha", discutimos coletivamente, uma viela dos "sonhos" dos próprios moradores, com parâmetros previamente estabelecidos de pavimentação, acesso aos resíduos, presença de elementos de drenagem - e pensar em possibilidades de intervenção para



melhoria do cotidiano da comunidade (Figura 1). Os instrumentos metodológicos participativos permitiram a troca de conhecimentos entre a equipe técnica, moradoras e moradores da comunidade, entidades parceiras e outros atores envolvidos, e foram as bases para a etapa de formulação de propostas do Plano Popular. A seguir, apresentaremos as propostas para as vielas e a construção NUPDEC.

3. Resultados: propostas para as vielas e a construção de um NUPDEC

Diante das diretrizes apontadas, as iniciativas de intervenção propostas foram organizadas em quatro temáticas: 1) resíduos sólidos urbanos; 2) drenagem e infraestrutura urbana; 3) mobilidade urbana e acessibilidade; 4) gestão participativa de riscos e o papel do NUPDEC. Essas temáticas foram identificadas durante o processo de trabalho como importantes do ponto de vista dos conflitos territoriais recentes enfrentados pela comunidade, sobretudo nos 10 setores de risco mapeados pelo PMRR-SBC. Para cada temática foram elaboradas fichas que detalham cada conjunto de propostas, as quais orientam, comparativamente, o detalhamento de ações de cada temática, trazendo os objetivos, níveis de urgência, impacto social e custo, recomendações para que sua execução seja efetiva e o responsável pela execução. Cada proposta possui seu nome e código, orientando a leitura das informações complementares, como mapas e esquemas, apresentadas no fim de cada tema.

A partir de estudos prévios e das leituras territoriais técnicas em campo em conjunto com as propostas construídas coletivamente com a participação da comunidade exposta anteriormente, a Figura 2 a seguir ilustra uma proposta de viela “modelo” com a adequação de pavimentação e qualificação das escadarias, por meio da implementação de iluminação pública adequada (postes), pontos de coletas de resíduos, elementos de acessibilidade (corrimão), sistema de drenagem urbana (canaleta), captação de água de chuva das moradias (calhas) e proteção contra processos erosivos (plantação de áreas verdes).



Figura 2: Síntese ilustrada das temáticas de resíduos sólidos urbanos, drenagem e infraestrutura urbana, mobilidade urbana e acessibilidade em uma das vielas. Fonte: Associação de Moradores do Cafezal; Coletivo Mola, 2023.

Nos próximos passos para fortalecer a organização comunitária para a mitigação de riscos no território, além das propostas organizadas nas fichas, o NUPDEC[2] foi apontado como fundamental para promover medidas que garantam a segurança da população do Cafezal. A formação dos NUPDECs foi voltada especialmente para os setores o de riscos mapeados nos PMRR-SBC (São Bernardo do Campo, 2021), sendo iniciada com três oficinas conduzidas por dois integrantes do MST com apoio do Coletivo Mola. A estruturação desses núcleos teve em vista

[2] Os NUPDECs, em resumo, são grupos formados por associações comunitárias, moradores e voluntários, para apoiar as ações do governo municipal através da Defesa Civil, com vistas de contribuir com a gestão de riscos e desastres e, por consequência, auxiliar no estabelecimento da segurança da população ao nível local. Para saber mais:https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/noticias/index.php?p=298610. Acesso em: 15 ago. 2023



informar, organizar e preparar a comunidade local sobre a noção e situações de risco do local, através da participação social e planejamento participativo, para diminuir os eventuais desastres e os impactos consequentes. Assim, o Plano Popular Caminhos do Cafezal (Associação de Moradores do Cafezal; Coletivo Mola, 2023) resume as etapas da gestão participativa de riscos com a inclusão do NUPDEC, ressaltando a importância de políticas públicas na figura 3 abaixo.

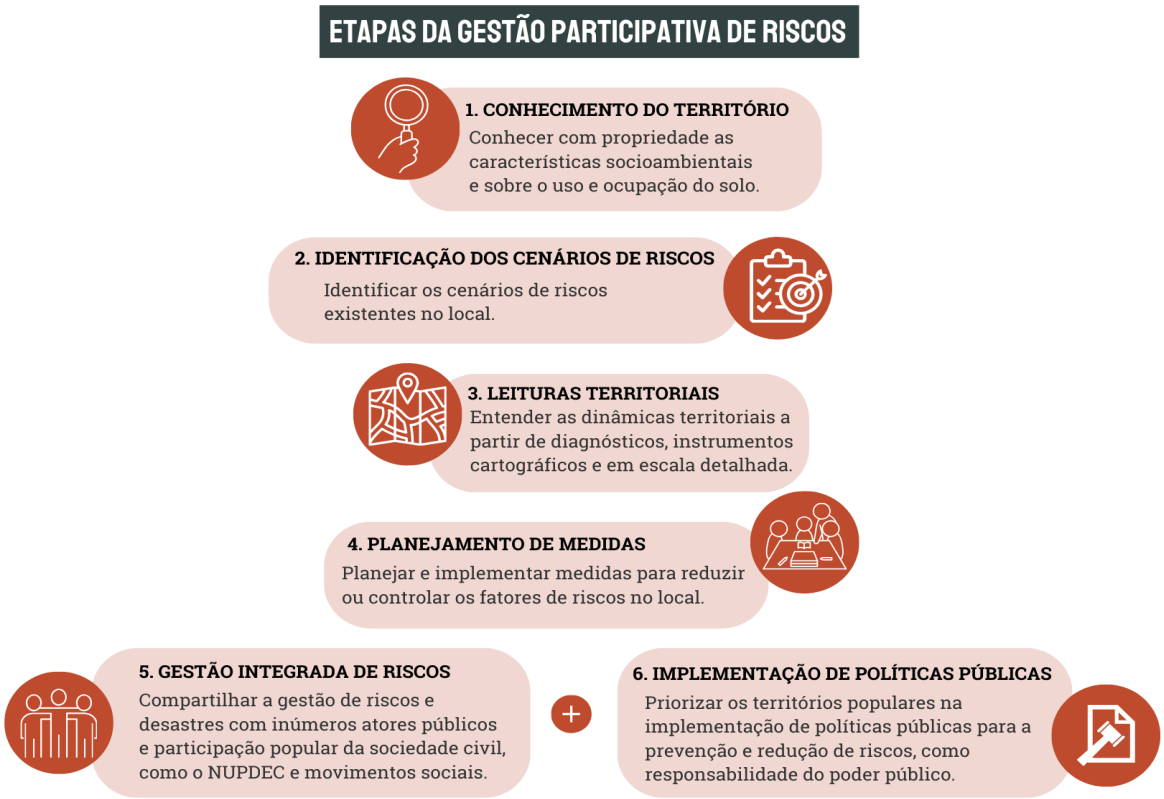


Figura 3: Etapas da gestão participativa de riscos. Fonte: Associação de Moradores do Cafezal; Coletivo Mola, 2023.

4. Reflexões finais

O Plano Popular Caminhos do Cafezal se concretiza como um instrumento de resistência, autonomia e luta em prol de possibilidades de mudança no planejamento e gestão do território,



apresentando-se como o registro de um processo em construção que reúne diferentes saberes e a mobilização de técnicos, moradores e agentes locais. O estudo reconhece não só o esforço e investimento coletivo para a consolidação do território, mas também apresenta uma visão mais ampliada e democrática do risco, construído socialmente e da importância da participação popular, mas, sobretudo, da responsabilidade do poder público na gestão integrada de riscos e promoção do direito à moradia digna.

A continuidade do trabalho é possível no sentido de potencializar a organização e mobilização comunitária para fortalecer o NUPDEC e pautar politicamente as melhorias necessárias para a permanência segura de todos os moradores e moradoras da comunidade. Trata-se da urgência de priorização dos territórios populares, como o Cafezal, pelo Poder Público, sobretudo no âmbito do planejamento e gestão territorial com a implementação de políticas públicas locais. Apesar dos desafios, somente com o alinhamento do saber popular ao conhecimento técnico, com políticas públicas, é garantida a efetividade das ações em territórios periféricos na perspectiva da justiça socioambiental, do direito à moradia digna e à cidade.

5. Referências

Associação de Moradores do Cafezal; Coletivo Mola. **Plano Popular Caminhos do Cafezal.** São Bernardo do Campo: 2023. No prelo.

Consórcio Intermunicipal Grande ABC - CIGABC. Denaldi, Rosana et al. **Diagnóstico Habitacional Regional do ABC.** Relatório Final. São Bernardo do Campo: UFABC, 2016.

São Bernardo do Campo, Prefeitura Municipal / Fundação Universidade Federal do ABC. **Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) no Município de São Bernardo do Campo, SP.** v. II, São Bernardo do Campo, 2021.